

BOLSA FAMÍLIA INFORMA

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc

Nº 445 • 19 de dezembro de 2014

Balanço da Senarc nesses 4 anos de gestão

Confira os principais resultados alcançados no combate à extrema pobreza e na redução da pobreza com o Bolsa Família e do Cadastro Único

O fim de 2014 marca uma gestão que assumiu compromissos importantes na luta contra a extrema pobreza. O Governo Federal lançou, ainda em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Plano articulou dezenas de políticas, programas e sistemas já existentes. O Programa Bolsa Família (PBF) e o Cadastro Único — que estão sob a responsabilidade de Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS) — foram fundamentais para as conquistas obtidas nesse período. Neste informe, veja os principais resultados alcançados.

Resultados e inovações no desenho do Bolsa Família

Desde a criação do **BSM**, no ano de 2011, o Bolsa Família iniciou um ciclo de aperfeiçoamentos e evolução, que possibilitou o alcance de diversos resultados.

Em 2011, havia 22 milhões de famílias que, mesmo recebendo Bolsa Família, não conseguiam superar os R\$ 70 de renda mensal por pessoa — valor que marcava o limite da extrema pobreza à época. As primeiras medidas visaram o reajuste no valor dos benefícios do PBF, o aumento do número máximo de benefícios variáveis por família e a implementação do Benefício Variável Gestante (BVG) e do Benefício Variável Nutriz (BVN).

No início de 2012, com o enfoque prioritário na primeira infância, foi criado o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), pois levantamentos mostravam que a miséria se concentrava entre famílias com crianças pequenas. No final de 2012, o BSP foi estendido para famílias com crianças e adolescentes até 15 anos e, em 2013, para todas as famílias beneficiárias que, mesmo recebendo a transferência de renda, permaneciam abaixo da linha da extrema pobreza.

Com a implementação e a expansão do BSP, nenhuma família beneficiária do Programa tem renda mensal inferior ao limite da extrema pobreza — atualmente no valor de R\$ 77. De acordo com a Folha de Pagamentos de dezembro de 2014, **das 14,01 milhões de famílias do Bolsa Família, cerca de 5,3 milhões recebem o complemento do BSP.**

Em 2014, em continuidade aos aperfeiçoamentos no desenho do Programa, houve reajuste de 10% no valor das linhas utilizadas como critério para as famílias ingressarem no PBF, aumentando de linha de extrema pobreza de R\$ 70 para R\$ 77 e, a linha de pobreza de R\$ 140 para R\$ 157. Além disso, os valores pagos às famílias pelos benefícios também foram novamente reajustados.

Confira abaixo todas as mudanças ocorridas nos benefícios do PBF ao longo desses 4 anos:

Ano	Linha da extrema pobreza	Linha da pobreza	Benefício básico	Benefício variável	BVJ
2010	R\$ 70	R\$ 140	R\$ 68	R\$ 22 (até três por família)	R\$ 33
2011	R\$ 70	R\$ 140	R\$ 70	R\$ 32 (até cinco por família)	R\$ 38
2012 e 2013	R\$ 70	R\$ 140	R\$ 70	R\$ 32	R\$ 38
2014	R\$ 77	R\$ 154	R\$ 77	R\$ 35	R\$ 42

Outras inovações na gestão de benefícios foram a implementação da **Regra de Permanência**, que possibilita a manutenção das famílias no Programa pelo prazo mínimo de dois anos, ainda que sua renda mensal *per capita* tenha variações, até o limite de 1/2 salário mínimo *per capita*; e o **Retorno garantido**, pelo qual as famílias que se desligam voluntariamente do Programa por terem saído da situação de pobreza têm a garantia de retorno, caso voltem a esta situação.

Ampliação e inovações no Cadastro Único

O Cadastro Único assumiu papel central no Plano (BSM) e os principais resultados alcançados foram:

- ✓ **Implantação definitiva da Versão 7:** em todos os municípios brasileiros (finaliza em maio de 2014), com mais de 19 milhões de famílias com cadastro atualizado (24 milhões no total)
- ✓ **Busca Ativa:** cadastramento de mais de 1 milhão de famílias em situação de extrema pobreza para ingresso no Bolsa Família;
- ✓ Identificação de **Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos** (GPTE): processo de capacitação e mobilização resultou na identificação de mais de 1,2 milhão de famílias pertencentes a 15 grupos (ciganos, extrativistas, pescadores artesanais, comunidade de terreiros, ribeirinhos, agricultores familiares, assentados, acampados, beneficiários de créditos fundiários, atingidos por infraestrutura, presos no sistema carcerário, catadores, indígenas, quilombolas e moradores de rua),
- ✓ Compatibilização da **base de endereços do IBGE e setor censitário** no Cadastro Único, para aprimoramento da localização das famílias.

Evolução na gestão de Condicionalidades

No que se refere à gestão das condicionalidades do PBF, a Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012, representou um marco importante. A normativa prevê que nenhuma família em reiterado descumprimento de condicionalidades pode ter os benefícios cancelados sem antes receber acompanhamento socioassistencial. Essa aproximação entre as gestões municipais do Programa e a área de assistência social é essencial para a identificação e a solução de situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas famílias.

As condicionalidades também reforçaram o papel do poder público em oferecer serviços públicos para a população de baixa renda. Além do acompanhamento das famílias beneficiárias à saúde e educação, a Senarc ampliou a articulação intersetorial e fortaleceu sua parceria com os programas:

- ✓ **Programa Mais Educação:** a expansão do PME prioriza escolas com maioria de alunos do PBF, ou seja, beneficiários com oportunidades de educação em tempo integral – 37,5 mil escolas são maioria PBF (dentre 48 mil escolas)
- ✓ **Programa Saúde na Escola:** 44 mil escolas com maioria de beneficiários do PBF são atendidas pelo PSF, além da expansão do Programa também para creches e pré-escolas.

Ainda no tema de condicionalidades, em setembro de 2014, entrou em funcionamento a nova versão do Sistema de Gestão de Condicionalidades (Sicon). A nova versão apresenta uma interface mais fácil para os usuários, adapta-se para ser visualizada em todos os tipos de telas (monitores convencionais, *tablets*, telefones celulares com conexão à internet), e, por conta da reorganização das funcionalidades, permite que as tarefas sejam feitas de forma mais ágil. No último dia 1º, a Senarc lançou a curso de capacitação a distância do Sicon. As inscrições estão abertas e podem ser feitas no Portal de Educação a Distância do MDS — www.mds.gov.br/ead/.

Aprimoramentos na Fiscalização e na Operação do PBF

No período 2011-2014, a Senarc trabalhou na adequação da legislação do Bolsa Família para definir melhor a abrangência da fiscalização de responsabilidade das gestões federal, estadual e municipal. Essa adequação se focou no recebimento indevido de benefícios. Além disso, foi estabelecido um processo administrativo de fiscalização, com as incumbências de cada ente e com a garantia do contraditório e da ampla defesa, como prevê a Constituição Federal.

Do ponto de vista operacional, a Senarc tem buscado aperfeiçoar os canais de comunicação oferecidos aos gestores pela Central de Relacionamento do MDS. O atendimento centralizado no telefone 0800 707 2003 e no e-mail gestorpbfb@mds.gov.br tem otimizado a gestão das demandas, contribuindo para acelerar o tempo de resposta, na medida do possível.

Outro item de destaque nos últimos anos foi a aproximação com as Coordenações Estaduais. Criaram-se planos de trabalho, que ajudaram a definir melhor o papel dos estados na gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único.

Fortalecimento da participação e do controle social

A participação e o controle social no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único permanecem temas de grande interesse. Em junho de 2014, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Resolução nº 15, que traz orientações sobre a atuação, nesses temas, dos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social (CMAS e CEAS). Entre as orientações destinadas aos CAS, está a criação de comissões temáticas com integrantes que são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Ainda sobre participação social, a Senarc realizou em 2014 um seminário internacional para conhecer as experiências de países europeus e latino-americanos e fez várias exposições sobre a Resolução nº 15 com estados e municípios. Além disso, tem buscado apoio em todos os níveis da gestão para: melhorar o acesso, por parte da população, à informação sobre o Programa e o Cadastro Único; e para estimular a participação comunitária nos espaços de diálogo entre governo e sociedade civil.

Pausa nos informes no fim do ano

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), encerra, com este número, a divulgação de informes em 2014. O Bolsa Família Informa voltará a circular em 8 de janeiro de 2015.

A Senarc/MDS deseja a todos as equipes que trabalham com o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único um Feliz Natal e um próspero Ano-Novo!

ANOTE NA AGENDA

31 de dezembro — Data-limite para os Conselhos de Assistência Social registrarem, sem repercussão nos repasses, o Parecer sobre a prestação de contas feita pelo respectivo município e ou estado em relação aos recursos do IGD de 2013. O Parecer deve ser registrado no [SuasWeb](#).

16 de janeiro — Novo prazo final da Revisão Cadastral.

PARA MAIS INFORMAÇÕES, acesse o [Fale com o MDS](#) ou entre em contato com a Central de Relacionamento do MDS: 0800 707 2003 (segunda a sexta-feira, das 7h às 19h).